



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP –POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO III**

**PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS  
EVENTUAIS**

**1. SERVIÇOS EVENTUAIS**

1.1. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço que seja solicitado de forma não recorrente pela contratante, que extrapole ou não a qualificação exigida dos profissionais da equipe permanente de execução dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, conforme descrita no ANEXO V - EQUIPE TÉCNICA PERMANENTE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS.

1.1.1. O Serviço Eventual será realizado sob demanda da contratante, solicitado pelo GESTÃO DO CONTRATO ou pela FISCALIZAÇÃO;

1.1.2. Sempre que possível, os Serviços Eventuais serão realizados pela Equipe Fixa de manutenção. Se não for possível a utilização da Equipe Fixa para a realização do serviço eventual, a contratada designará profissional ou equipe diversa.

1.2. Mediante a utilização de OS – Ordem de Serviço, a CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a CONTRATADA, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de serviços eventuais de instalação e desinstalação, remanejamento, manutenção ou de reparos.

1.3. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados, sob acompanhamento e orientação do Encarregado Geral e do Engenheiro Responsável da CONTRATADA.

1.4. De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços eventuais a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a FISCALIZAÇÃO do contrato e a CONTRATADA. Tais prazos serão registrados nas OS – Ordens de Serviço e seus descumprimentos estarão sujeitos à aplicação de penalidades.

1.5. Os Serviços Eventuais envolverão as especialidades dos seguintes profissionais:

- Profissional apto a realizar limpeza em dutos de insuflamento.
- Profissional apto a realizar desinstalação e instalação de ar condicionados tipo split e cassete;
- Profissionais engenheiros (civil, eletricista e mecânico) aptos a elaborar laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade, projetos sobre instalações e equipamentos;

1.6. Os Serviços Eventuais serão previamente orçados pela CONTRATADA de acordo com os preços unitários fixados no **ANEXO IX – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE MÃO-DE-OBRA**, e no **ANEXO VIII – ORÇAMENTO ESTIMADO ANUAL DE CUSTOS PARA PEÇAS E MATERIAIS**, quando for necessário o uso dessas peças ou materiais.

1.6.1. As composições dos serviços seguirão, sempre que possível, as composições constantes no SINAPI. Apenas na impossibilidade de uso do SINAPI, deverão ser utilizadas, na ordem que se segue, fontes de outros órgãos públicos, tabelas de revistas



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP –POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ**

especializadas (Ex.: PINI) ou elaborada pela CONTRATADA, que nesse caso será avaliada pela fiscalização.

1.6.2. Os equipamentos e ferramentas necessários à realização do serviço são de responsabilidade da contratada, às suas expensas.

1.7. A emissão da OS far-se-á, preferencialmente, por meio eletrônico, através do Software de Gerenciamento fornecido pela contratada.

1.8. A critério da CONTRATANTE, e em caso de inoperância ou inexistência de Software de Gerenciamento, a OS poderá ser emitida por meio físico convencional.

1.9. A CONTRATADA somente iniciará os serviços considerados eventuais após a emissão da respectiva OS, ou autorização provisória, sendo considerados nulos para efeito de pagamento quaisquer serviços realizados sem a emissão de autorização.

1.10. Sempre que exigido, a CONTRATADA obrigará-se a registrar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços eventuais realizados, no CREA-AP, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação.

1.11. Os Serviços Eventuais serão pagos na conclusão dos mesmos, conforme recebimento definitivo estabelecido no Termo de Referência, e serão faturados juntamente com o valor mensal a ser pago à CONTRATADA pela prestação dos serviços descritos no **ANEXO II – ROTINA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**, estando tais despesas limitadas ao valor anual estimado.

## **2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EVENTUAIS PREVISTOS E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS**

Os Serviços Eventuais envolverão as especialidades dos seguintes profissionais:

Técnico de Refrigeração (CBO 7257-05)

Engenheiro Civil e/ou Eletricista - (CBO 2142-05/2143-05)

Supervisor Engenheiro Mecânico (Encarregado) (CBO 2144-10)

Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-25)

### **2.1. LIMPEZA DOS RAMAIS DE DUTOS**

2.1.1. Limpeza com equipamento adequado dos ramais de dutos de insuflamento de ar refrigerado.

2.1.2. Profissionais envolvidos:

- Profissional apto a realizar limpeza dos dutos de insuflamento.

### **2.2 INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT E CASSETE**

2.2.1. Instalar, desinstalar e mudar a disposição ou localização de equipamento de ar condicionado.

2.2.2. Profissionais envolvidos:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP –POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ**

- Mecânico de Refrigeração e Auxiliar de Manutenção

**2.3 LAUDOS TÉCNICOS, PARECERES, ESTUDOS DE VIABILIDADE E PROJETOS**

2.3.1. Elaborar pareceres, laudos técnicos, projetos, estudos de viabilidade técnico-econômica e outros documentos de cunho técnico;

2.3.2. Profissionais envolvidos:

- Engenheiro Mecânico;
- Engenheiro Civil;
- Engenheiro Eletricista;

**3. NORMATIVOS**

3.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer rigorosamente:

- 3.1.1. Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
- 3.1.2. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- 3.1.3. Às normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações;
- 3.1.4. Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- 3.1.5. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
- 3.1.6. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;
- 3.1.7. À Portaria 2.296, de 23/07/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos de Construção e de Manutenção;
- 3.1.8. Resolução nº 307/86 – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).